



# INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

CONCURSO PÚBLICO

MANHÃ

## CARGO 1: ADVOGADO

### Provas Objetivas e Prova Discursiva

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO.

- 1 Confira atentamente se os seus dados pessoais, transcritos acima, estão corretos e coincidem com o que está registrado em sua folha de respostas e em seu caderno de textos definitivos da prova discursiva. Confira também o seu nome e o nome do cargo para o qual você concorre em cada página numerada deste caderno de provas. Em seguida, verifique se ele contém a quantidade de questões/opções indicada em sua folha de respostas, correspondentes às provas objetivas, e a prova discursiva, acompanhada de espaços para rascunho. Caso o caderno esteja incompleto, tenha qualquer defeito, ou apresente divergência quanto aos seus dados pessoais ou quanto aos dados identificadores do cargo para o qual você concorre, solicite ao fiscal de sala mais próximo que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 2 Quando autorizado pelo chefe de sala, no momento da identificação, escreva, no espaço apropriado da **folha de respostas**, com a sua caligrafia usual, a seguinte frase:  
*Manejar o silêncio é mais difícil que manejar a palavra.*  
Conforme previsto em edital, o descumprimento dessa instrução implicará a anulação das suas provas e a sua eliminação do concurso.
- 3 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem autorização de fiscal de sala.
- 4 Na duração das provas, está incluído o tempo destinado à identificação — que será feita no decorrer das provas —, ao preenchimento da folha de respostas e à transcrição dos textos definitivos da prova discursiva para o caderno de textos definitivos.
- 5 Ao terminar as provas, chame o fiscal de sala mais próximo, devolva-lhe a sua folha de respostas e o seu caderno de textos definitivos e deixe o local de provas.
- 6 A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno, na folha de respostas ou no caderno de textos definitivos poderá implicar a anulação das suas provas.

#### OBSERVAÇÕES

- Não serão conhecidos recursos em desacordo com o estabelecido em edital.
- Informações adicionais: telefone 0(XX) 61 3448-0100; Internet – [www.cespe.unb.br](http://www.cespe.unb.br).
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas respostas.

## CONHECIMENTOS BÁSICOS

### Texto para as questões de 1 a 3

1 É evidente que vivemos em um momento prodigioso  
da técnica, com transformações profundas das noções de espaço  
e tempo; mas a política do espírito não acompanha esse  
4 alargamento do mundo: pelo contrário, vemos dominar no  
homem o encolhimento das fronteiras éticas e o esquecimento  
de algumas ideias essenciais que fundam o humanismo. Nada  
7 vemos de semelhante ao que aconteceu, no plano das ideias, em  
outro momento de grandes transformações da técnica e também  
de grandes descobertas — o século XVI —, com o  
10 renascimento de um mundo esquecido e das doutrinas dos  
velhos filósofos da Grécia e do Oriente, e, com elas, a crítica e  
a dissolução de antigas crenças que davam ao homem  
13 “a *certeza* do saber e a segurança da ação”. Na época dos  
descobrimientos, dos Renascimentos, das incertezas, o espaço  
tornou-se uma pluralidade de espaços; o tempo, uma  
16 pluralidade de tempos. Hoje, quando predominam as  
estatísticas como definidoras e reguladoras da vida social e  
política, as verdades matemáticas são inquestionáveis, até  
19 mesmo nos sonhos. Espaço e tempo tornam-se unidades  
sistematizadas. Portanto, esta concepção engendra e é, ao  
mesmo tempo, engendrada pela ideia de sistema, que é a plena  
22 realização da racionalidade contemporânea.

Adauto Novaes. *Sobre tempo e história*. In: Adauto Novaes (Org.). *Tempo e história*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 14-5 (com adaptações).

### QUESTÃO 1

Assinale a opção correta a respeito do uso das expressões na organização dos argumentos no texto.

- Ⓐ No desenvolvimento da argumentação, a expressão “esse alargamento” (ℓ.3-4) representa uma visão positiva de mundo, em oposição a “encolhimento das fronteiras” (ℓ.5), que remete à visão negativa de “um mundo esquecido” (ℓ.10).
- Ⓑ A argumentação do texto ressalta como a falta de atenção ao “plano das ideias” (ℓ.7), no século XVI, resultou em uma lacuna tecnológica que o século XXI não deve repetir.
- Ⓒ A expressão “outro momento” (ℓ.8) associa a “época dos descobrimientos, dos Renascimentos” (ℓ.13-14) ao atual “momento prodigioso da técnica” (ℓ.1-2) pela ideia de grandes e profundas transformações.
- Ⓓ Por meio da expressão “esta concepção” (ℓ.20), resume-se, no texto, a ideia de espaços e tempos pluralizados, diversificados, multiplicados e regulados pela técnica.
- Ⓔ Infere-se que a ideia de “sistema” (ℓ.21) que sustenta a argumentação do texto representa uma herança clássica dos “velhos filósofos da Grécia e do Oriente” (ℓ.11).

### QUESTÃO 2

Assinale a opção correta a respeito do uso dos sinais de pontuação no texto.

- Ⓐ A oposição de ideias introduzida pela conjunção “mas” (ℓ.3) impede que, em lugar do ponto e vírgula (ℓ.3), seja utilizado o sinal de ponto; por outro lado, o uso da vírgula depois de “técnica” (ℓ.2) também impede que, no lugar de ponto e vírgula (ℓ.3), seja usada outra vírgula.
- Ⓑ Na linha 4, sinal de dois-pontos depois de “mundo” introduz uma ideia que explica a afirmação da oração anterior, mas sua substituição pelo sinal de ponto preservaria a coerência e a correção gramatical do texto, desde que fossem feitos os ajustes na letra inicial de “pelo”.
- Ⓒ A inserção da informação marcada pelos dois travessões, na linha 9, também poderia ser marcada por sinais de parênteses, sem prejudicar a coerência e a correção do texto; nesse caso, seria obrigatória a retirada da vírgula que segue o segundo travessão.
- Ⓓ O uso das aspas, na linha 13, assinala uma das citações de um dos “velhos filósofos” (ℓ.11) que orienta a argumentação do texto na retomada de conceitos históricos.
- Ⓔ A retirada da vírgula que se segue a “Hoje” (ℓ.16) preservaria a coerência e a correção gramatical do texto, pois seu uso não é obrigatório.

### QUESTÃO 3

Assinale a opção correta a respeito das alterações propostas para as estruturas linguísticas do texto.

- Ⓐ O deslocamento de “dominar no homem” (ℓ.4-5) para o final do período sintático em que ocorre, depois de “humanismo” (ℓ.6), preserva as relações de significação entre os termos e a correção gramatical do texto, desde que seja usada uma vírgula depois de “humanismo”.
- Ⓑ Na linha 7, as relações de regência entre “semelhante” e “aconteceu” permitem que o trecho “ao que” seja substituído por **àquilo que**, sem prejudicar a coerência nem a correção gramatical do texto.
- Ⓒ A preposição na expressão “com o renascimento” (ℓ.9-10) introduz uma ideia de causa para as “grandes transformações” (ℓ.8); por isso, a reescrita como **devido o renascimento** preservaria a coerência e a correção gramatical do texto.
- Ⓓ Em “o espaço tornou-se uma pluralidade de espaços” (ℓ.14-15), o deslocamento do pronome para antes da forma verbal violaria as regras gramaticais.
- Ⓔ No desenvolvimento do texto, a retirada da conjunção “quando” (ℓ.16) provocaria erro na estrutura gramatical do período sintático, mas preservaria as relações significativas e a coerência entre os argumentos.

Texto para as questões 4 e 5

1 O padrão de desenvolvimento em vigor é danoso ao  
meio ambiente e insustentável. E esse problema só pode ser  
resolvido por meio da mudança de comportamento, que, por  
4 sua vez, só pode ser obtida quando há uma confluência de  
fatores concatenados. É preciso articular uma ampla estratégia  
que prevê ações em vários níveis que não enfocam apenas a  
7 sensibilização do cidadão. Mudar comportamentos é algo  
penoso e difícil, que encontra resistência por envolver fatores  
e hábitos culturais. Se realmente queremos mudar as práticas  
vigentes e identificar um novo modelo de civilização, temos de  
10 promover ações contundentes nas esferas do mercado e do  
Estado, com investimentos, políticas públicas, responsabilidade  
13 socioambiental corporativa, capacitação e alternativas que  
viabilizem a mudança de atitude.

Russell A. Mittermeyer. *Um planeta febril*. In:  
Istoé, 23/12/2009, p. 117 (com adaptações).

QUESTÃO 4

De acordo com as relações de coesão e coerência do texto,

- A a expressão “danoso ao meio ambiente” (l.1-2) e o vocábulo “insustentável” (l.2) estão em relação de sinonímia.
- B a ideia de “mudança de comportamento” (l.3) é causa da “confluência de fatores concatenados” (l.4-5).
- C as duas ocorrências do termo “fatores” (l.5 e 8) remetem à mesma ideia: de fator “danoso ao meio ambiente” (l.1-2).
- D a “sensibilização do cidadão” (l.7) não faz parte das ações estratégicas de mudança de comportamento.
- E a promoção de “ações contundentes” (l.11) constitui uma condição para a mudança das “práticas vigentes” (l.9-10).

QUESTÃO 5

Nas relações de coesão construídas na progressão textual, o pronome **que**,

- A na linha 3, refere-se a “esse problema” (l.2).
- B em “que prevê” (l.6), refere-se a “mudança de comportamento” (l.3).
- C na linha 6, segunda ocorrência, refere-se a “ampla estratégia” (l.5).
- D na linha 8, refere-se tanto a “algo” (l.7) quanto a “Mudar comportamentos” (l.7).
- E na linha 13, refere-se tanto a “ações contundentes” (l.11) quanto a “políticas públicas” (l.12).

Texto para as questões 6 e 7

1 A tecnologia passou a dominar não apenas o  
comércio, as cidades, a vida cotidiana e a intimidade do  
homem, mas foi além: transformou-se na linguagem do mundo  
4 contemporâneo, nossa mediação universal. Como sistema  
universal, a História — da mesma maneira que as ciências, as  
artes e a política — é vista da mesma perspectiva, isto é, por  
7 meio de um conjunto de regras de conhecimentos, geralmente  
quantificados, que valem de forma diferenciada para todas as  
dimensões do real.

10 É impossível despojar o mundo das suas  
ambiguidades, paradoxos e enigmas, e dominá-lo plenamente  
por meio da racionalidade técnica e de forma sistemática. Em  
13 vez de habitar o mundo, acolhê-lo, viver no meio dos  
acontecimentos, o homem moderno tem a pretensão de  
dominá-lo pela técnica. Mas ele não se dá conta de que essa  
16 pretensão é o que o transforma no escravo moderno: dominado  
por causas exteriores, o homem perde a prudência e age como  
qualquer ser passional, isto é, tudo o que ele faz só faz porque  
19 é levado pelos acontecimentos.

*Idem, ibidem* (com adaptações).

QUESTÃO 6

Assinale a opção que expressa a tese, a ideia central do texto.

- A Ao se transformar “na linguagem do mundo contemporâneo” (l.3-4), a tecnologia pode fazer do homem um “escravo moderno” (l.16).
- B A História é considerada um sistema, “da mesma maneira que as ciências, as artes e a política” (l.5-6), quando usa “um conjunto de regras de conhecimentos” (l.7) para interpretar o real.
- C Apenas a racionalidade técnica e o conhecimento sistematizado constituem uma perspectiva científica capaz de interpretar as “ambiguidades, paradoxos e enigmas” (l.11) do mundo.
- D Com o objetivo de viver os acontecimentos, o homem estabelece “um conjunto de regras de conhecimentos, geralmente quantificados” (l.7-8) para criar tecnologia.
- E Os acontecimentos é que direcionam o comportamento humano, seja pela racionalidade técnica, seja pela ação passional, pois o homem é “dominado por causas exteriores” (l.16-17).

QUESTÃO 7

Considerando o uso das estruturas linguísticas no texto, assinale a opção correta.

- A A expressão “da mesma maneira” (l.5) estabelece uma comparação entre o “sistema universal” (l.4-5) e o “conjunto de regras de conhecimentos” (l.7).
- B A expressão “por meio de” (l.6-7) e o vocábulo “pela” (l.15) atribuem a ideia de instrumento, respectivamente, a “um conjunto de regras” (l.7) e a “técnica” (l.15).
- C Os pronomes em “dominá-lo” (l.11) e em “o transforma” (l.16) referem-se a “mundo”, respectivamente, nas linhas 10 e 13.
- D Na linha 12, a repetição da preposição **de**, que precede “racionalidade técnica” e “forma sistemática”, indica que se trata de dois complementos para a expressão “por meio”.
- E A preposição **de**, em “dos acontecimentos” (l.13-14), corresponde à preposição **a** e por ela pode ser substituída, sem prejudicar a correção e a coerência do texto.

### Texto para as questões de 8 a 10

1 Afirma-se que a inovação e, particularmente, seus  
produtos tecnológicos estimulam a competitividade e, dessa  
forma, contribuem para o crescimento econômico do país.  
4 Consequentemente, a competitividade é erigida em valor  
supremo da vida social, como se fosse uma lei da natureza  
imaneente à espécie humana. Omite-se, propositadamente,  
7 que o mais longo período da história da vida humana foi  
orientado pela cooperação e solidariedade, valores  
fundamentais para a sobrevivência da espécie. A ideologia  
10 da competição e produtividade faz parte de uma visão de  
mundo dominada pela corrida atrás da acumulação de  
capitais e do enriquecimento ilimitado, nem sempre por  
13 meios civilizados e legítimos. Para a sociedade,  
coletivamente, só haverá vantagens na busca de maior  
produtividade quando seus resultados forem distribuídos  
16 para elevar o nível de bem-estar coletivo. Isso pode ser  
atingido mediante a elevação proporcional dos salários, a  
redução dos preços de bens e serviços ou o aumento de  
19 investimentos dos lucros gerados, na expansão do sistema  
produtivo. Deixemos bem claro: não se discute aqui a  
necessidade de tecnologia nas sociedades contemporâneas,  
22 mas a condição de que esta seja ambientalmente segura,  
socialmente benéfica (para todos) e eticamente aceitável.

Henrique Rattner. *Tecnologia e sociedade*. In: Internet:  
<www.espacoacademico.com.br> (com adaptações).

#### QUESTÃO 8

Assinale a opção correspondente à estrutura linguística que, no desenvolvimento do texto, inclui o posicionamento do autor na argumentação.

- A “Afirma-se” (l.1)
- B “é erigida” (l.4)
- C “como se fosse” (l.5)
- D “Omite-se” (l.6)
- E “não se discute” (l.20)

#### QUESTÃO 9

A coerência e a correção gramatical do texto seriam mantidas ao se substituir

- A “erigida em valor supremo” (l.4-5) por **erigida valor supremo**.
- B “fundamentais para a sobrevivência” (l.9) por **fundamentais a sobrevivência**.
- C “só haverá” (l.14) por **só existirá**.
- D “atingido mediante a elevação” (l.17) por **atingido pela elevação**.
- E “condição de que esta seja” (l.22) por **condição que esta seja**.

#### QUESTÃO 10

Julgue os itens abaixo, relativos ao emprego das estruturas linguísticas do texto.

- I A vírgula logo depois de “solidariedade” (l.8) é obrigatória porque a oração que a segue tem valor explicativo e corresponde a **que são valores (...)**.
- II Na linha 10, preserva-se a coerência textual ao se inserir **da** antes de “produtividade”; mas, para se preservar a correção gramatical, será necessário mudar “faz” para **fazem**.
- III Para a coerência dos argumentos no texto, é indiferente o uso de “quando” (l.15) ou de **se**, em seu lugar, pois o período sintático preserva a ideia de condição.
- IV Seriam mantidas as relações entre os argumentos se, em lugar de “ou” (l.18), antes do último termo da enumeração, fosse usado **e**; mas a desvantagem seria a repetição do mesmo conectivo.
- V O valor explicativo da oração que se segue aos dois-pontos, na linha 20, seria preservado se, em lugar da pontuação, fosse usado o conectivo **que**.

Estão certos apenas os itens

- A I, II e IV.
- B I, II e V.
- C I, III e V.
- D II, III e IV.
- E III, IV e V.

#### Texto para as questões 11 e 12

1 Aprendemos a pensar o Brasil como gigante adormecido.  
O mito nos diz que o sucesso está garantido pela grandeza dos  
nossos recursos naturais, humanos e culturais. Há vários  
4 problemas com esse mito. Primeiro, o governo não é um agente  
onipotente e benevolente. Segundo, o governo opera sob fortes  
restrições. E terceiro, não há consenso na sociedade sobre a  
7 direção a seguir para prosperar. Vista sob este prisma, a alegoria  
ganha novas e importantes dimensões: ninguém sabe ao certo  
como cutucar o gigante; é possível que os cutucões sejam  
10 inconsistentes. Outro problema essencial do mito do gigante  
adormecido é que ele realmente supõe que o gigante existe e que  
pode e quer ser despertado. Para crescer mais e de maneira  
13 socialmente mais incluyente, do que o Brasil realmente precisa é  
que se desconstrua o mito do gigante adormecido. E, para isso,  
carecemos de um discurso que apresente à sociedade os custos  
16 reais que precisam ser pagos para promover a prosperidade de  
cada indivíduo e do conjunto da nossa sociedade.

Carlos Pio. *Gigante adormecido*. In: *Correio  
Braziliense*, 15/4/2010 (com adaptações).

#### QUESTÃO 11

No desenvolvimento do texto, o argumento que se opõe ao “mito do gigante adormecido” (l.10-11) é o

- A da confiança na “grandeza dos nossos recursos naturais, humanos e culturais” (l.2-3).
- B do reconhecimento de que o governo não é onipotente e “opera sob fortes restrições” (l.5-6).
- C da falta de “consenso na sociedade sobre a direção a seguir para prosperar” (l.6-7).
- D da suposição de “que o gigante existe e que pode e quer ser despertado” (l.11-12).
- E da necessidade de “um discurso que apresente à sociedade os custos reais” (l.15-16) da prosperidade.

**QUESTÃO 12**

Assinale a opção correta a respeito do uso das formas verbais no texto.

- Ⓐ A omissão da preposição **em** no complemento de **pensar**, como se vê em “pensar o Brasil” (ℓ.1), indica uma linguagem pouco formal; em texto com mais formalidade seria usado: pensar no Brasil.
- Ⓑ A ausência da preposição **de** antes do complemento de “precisa” (ℓ.13) indica que essa forma verbal está sendo usada em função de auxiliar, como em **precisar construir**.
- Ⓒ O uso do modo subjuntivo em “desconstrua” (ℓ.14) indica haver apenas uma possibilidade, uma hipótese de se desconstruir o mito; para afirmar uma certeza, seria escrito **desconstrói**.
- Ⓓ Ressalta-se a importância dos “custos reais” (ℓ.15-16), sem prejudicar a correção gramatical do texto, se for usada a forma flexionada no verbo **ser**, escrevendo-se **serem pagos**.
- Ⓔ Seriam preservadas a coerência entre os argumentos e a correção gramatical do texto, com a forma flexionada da forma verbal “promover” (ℓ.16), escrevendo-se **promovermos**.

**QUESTÃO 13**

No mês de abril de 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) votou ação em que a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) questionou a Lei da Anistia, de 1979, argumentando que esta

- Ⓐ teria caducado com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF).
- Ⓑ não se aplicaria aos responsáveis pela prática de torturas durante a ditadura militar.
- Ⓒ não teria validade, por não ter sido aprovada pelo Congresso e, sim, imposta pelo governo do general Figueiredo.
- Ⓓ seria discriminatória, ao não ter sido aplicada aos funcionários do regime militar.
- Ⓔ poderia ser reivindicada por aqueles que, eventualmente, praticassem a tortura hoje.

**QUESTÃO 14**

A estrutura da União de Nações Sul-Americanas possui

- Ⓐ conselho de segurança do qual fazem parte, com direito de veto, a Argentina, o Brasil, o Chile, a Colômbia e a Venezuela.
- Ⓑ secretaria-geral, ocupada rotativamente por seis meses pelos países-membros.
- Ⓒ secretaria-geral, para a qual foi eleito o argentino Néstor Kirchner.
- Ⓓ conselho de segurança, do qual fazem parte Argentina, Brasil e Chile, cujas decisões devem ser aprovadas pela Assembleia Geral.
- Ⓔ conselho de defesa, para coordenar as atividades das forças de paz sul-americanas a serviço da Organização das Nações Unidas (ONU).

**QUESTÃO 15**

O artefato espacial que, orbitando a Terra há 20 anos, obteve informações que permitiram grandes avanços no conhecimento do Universo é

- Ⓐ o telescópio Hubble.
- Ⓑ o radiotelescópio Arecibo.
- Ⓒ a sonda Voyager.
- Ⓓ a nave Apolo.
- Ⓔ o ônibus espacial Colúmbia.

**QUESTÃO 16**

A Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas de 2009, realizada em Copenhague, terminou

- Ⓐ com o estabelecimento de metas obrigatórias de redução das emissões de gás carbônico para os países, de acordo com seu estágio de desenvolvimento.
- Ⓑ com a decisão de que os organismos financeiros internacionais não mais concederão crédito para atividades econômicas que contribuam para o aquecimento global.
- Ⓒ com o estabelecimento de metas obrigatórias de redução de energia elétrica gerada por petróleo.
- Ⓓ com a criação da Organização Mundial Ambiental, reunindo países e organismos internacionais especializados em meio ambiente, para gerenciar a crise ambiental.
- Ⓔ sem um documento formal que estabelecesse metas, demonstrando a falta de consenso entre os países participantes.

**QUESTÃO 17**

Acerca da cidade de Brasília, inaugurada há 50 anos, assinale a opção correta.

- A Seu plano urbanístico foi elaborado por Oscar Niemeyer.
- B Sua construção foi iniciada no segundo governo de Getúlio Vargas e concluída pelo presidente Juscelino Kubitschek.
- C A transferência da capital do país para o planalto central do país já estava prevista na Constituição de 1891.
- D Sua construção sofreu oposição por parte dos militares, preocupados com sua vulnerabilidade estratégica.
- E Símbolo de modernidade e do otimismo com relação ao futuro do país, sua construção recebeu apoio consensual no Congresso Nacional.

**QUESTÃO 18**

A repercussão do setor do petróleo na economia capixaba

- A foi neutra, pois não alterou a participação do Espírito Santo no produto interno bruto brasileiro.
- B contribuiu para dinamizar o setor terciário, mas não para aumentar a arrecadação fiscal estadual.
- C não se alterou nos últimos anos, pois a produção diária de barris mantém-se praticamente estável desde o ano 2.000.
- D promoveu a diversificação industrial e atraiu empresas de alta tecnologia.
- E enfraqueceu as cadeias produtivas, ao criar a chamada petróleo-dependência.

**QUESTÃO 19**

A classificação de patrimônio da humanidade é concedida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) a locais de excepcional importância cultural ou natural. No Brasil, recebe essa classificação

- A o centro histórico do Rio de Janeiro.
- B a usina de Itaipu, a maior hidrelétrica do mundo.
- C a floresta amazônica.
- D a Costa do Descobrimento (reserva da mata atlântica).
- E o Caminho dos Bandeirantes (bacias fluviais do rio Tietê e do rio Paraná).

**QUESTÃO 20**

A Lei Federal n.º 11.946/2009 instituiu o ano de 2010 como ano nacional Joaquim Nabuco, tendo como referência

- A o cinquentenário da morte desse cientista, que identificou a doença de Chagas.
- B o centenário da morte desse político, responsável pela implementação do serviço militar obrigatório.
- C o cinquentenário da morte desse político, um dos líderes da Revolução de 1930, no Nordeste.
- D o centenário da morte desse cientista, responsável pela erradicação da febre amarela no Rio de Janeiro.
- E o centenário da morte desse escritor, diplomata, político e abolicionista.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****QUESTÃO 21**

Considerando o entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ) a respeito do serviço público de abastecimento de água, assinale a opção correta.

- A O serviço público de abastecimento de água, dada a sua essencialidade, é considerado serviço próprio do Estado, relacionando-se intimamente com as atribuições do poder público, razão pela qual somente pode ser prestado por órgãos ou entidades públicas, mediante cobrança de taxa.
- B Esse serviço pode ser interrompido pelo prestador, entre outras razões, em virtude do inadimplemento do usuário do serviço, após ter sido formalmente notificado, tanto por débitos atuais, provenientes do próprio mês de consumo, quanto por débitos pretéritos.
- C Caso determinada autarquia responsável pelo abastecimento de água resolva cobrar judicialmente créditos referentes a serviço consumido e não pago pelo usuário, deverá observar o prazo prescricional de cinco anos previsto no decreto que regula a prescrição dos créditos do poder público, não se sujeitando ao regramento do Código Civil sobre a matéria.
- D Tendo em vista o princípio da continuidade da prestação do serviço público, que impede a sua interrupção, não pode ser suspenso o abastecimento de água de órgãos públicos, tais como a sede de prefeitura municipal, ainda que inadimplente a entidade.
- E A prestação de serviços públicos de saneamento básico por entidade que não integre a administração do titular depende da celebração de contrato, sendo vedada a sua disciplina mediante convênios, termos de parceria ou outros instrumentos de natureza precária, salvo se autorizado para usuários organizados em cooperativas ou associações, nos termos da lei e respeitadas determinadas condições.

**QUESTÃO 22**

Tendo como fundamento as normas e princípios que regem a administração pública indireta, bem como o entendimento do STF sobre a matéria, assinale a opção correta.

- A Segundo o princípio da legalidade, somente por lei específica podem ser criadas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, cabendo à lei complementar definir suas áreas de atuação.
- B Sociedades de economia mista devem, necessariamente, ter a forma de sociedades anônimas, sendo reguladas basicamente pela Lei das Sociedades por Ações.
- C Os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista se submetem ao regime trabalhista comum, cujos princípios e normas se encontram na Consolidação das Leis do Trabalho, sendo de natureza contratual o vínculo que se forma entre os empregados e tais pessoas jurídicas. Por esse motivo, o seu ingresso nessas empresas e sociedades não depende de prévia aprovação em concurso público.
- D Créditos de empresas públicas e sociedades de economia mista são inscritos como dívida ativa e podem ser cobrados pelo processo especial de execução fiscal, tal como ocorre com os créditos da União, estados e municípios.
- E A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos não goza de qualquer imunidade tributária, uma vez que a CF veda que empresas públicas gozem de privilégios não extensivos às do setor privado.

**QUESTÃO 23**

Acerca de bens públicos, assinale a opção correta.

- A** São considerados bens públicos os bens pertencentes a sociedades de economia mista e empresas públicas, ainda que submetidos à destinação especial e à administração particular de tais instituições, para consecução de seus fins estatutários.
- B** Nem todos os bens públicos são passíveis de uso especial por particulares.
- C** Cessão de uso de bens públicos é ato unilateral, discricionário e precário pelo qual a administração consente na prática de determinada atividade individual incidente sobre bem público. Não há forma nem requisitos especiais para sua efetivação, pois visa apenas a atividades transitórias e irrelevantes para o poder público, bastando que se consubstancie em ato escrito, revogável sumariamente a qualquer tempo e sem ônus para a administração.
- D** A concessão especial de uso para moradia pode ser conferida a quem, a qualquer tempo, possua como seu, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-o para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural.
- E** A utilização, a título precário, de áreas de domínio da União para a realização de eventos de curta duração, de natureza recreativa, esportiva, cultural, religiosa ou educacional, depende de concessão.

**QUESTÃO 24**

A respeito das diversas formas de controle sobre a administração pública, assinale a opção correta.

- A** É de competência exclusiva da Câmara dos Deputados sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- B** Compete ao Tribunal de Contas da União (TCU) a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União e das entidades da administração direta e indireta, quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas.
- C** Uma vez constituídas comissões parlamentares de inquérito, pela Câmara Legislativa ou pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, para apuração de fato determinado e com prazo certo, esses órgãos terão poderes próprios das autoridades judiciais, tais como o de ordenar busca domiciliar e interceptação telefônica.
- D** A Câmara dos Deputados e o Senado Federal, ou qualquer de suas comissões, poderão convocar ministro de Estado ou quaisquer titulares de órgãos diretamente subordinados à presidência da República para prestarem, pessoalmente, informações sobre assunto previamente determinado, importando crime de responsabilidade a ausência sem justificativa adequada.
- E** No que se refere ao controle da atividade financeira do estado, vem entendendo o STF que o jurista responsável pela emissão de parecer que autorize a realização de ato que importe lesão ao erário também pode ser responsabilizado pelo conteúdo de seu parecer. Assim, ainda que a consulta ao parecerista seja facultativa, a autoridade administrativa vincula-se ao emitir o ato tal como submetido à consultoria, com parecer favorável ou contrário, tornando o parecerista também responsável pelo ato, pois somente poderia praticá-lo de forma diversa da apresentada à consultoria se o submetesse a novo parecer.

**QUESTÃO 25**

Acerca do controle jurisdicional na administração pública brasileira, assinale a opção correta.

- A** Nos casos em que a fazenda pública lesionar o direito de particular, a pretensão à tutela desse mesmo direito poderá ficar impossibilitada em virtude da inércia do seu titular por longos períodos. Em regra, é de cinco anos o prazo prescricional para ajuizamento de ações contra a fazenda pública, sendo que, nas relações de trato sucessivo, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atingirá apenas as prestações vencidas antes do quinquênio anterior à propositura da ação.
- B** Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. Nesse caso, concedida a segurança, o prazo recursal terá início com a intimação da autoridade coatora.
- C** O sistema de súmulas vinculantes, trazido com a Emenda Constitucional n.º 45/2004, envolve o controle judiciário sobre atos da administração, na medida em que seus enunciados têm força vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública, direta e indireta, abrangendo todas as esferas administrativas. O Poder Legislativo, entretanto, em nenhuma hipótese sofre essa vinculação, para que se evite o chamado engessamento das leis.
- D** Atos políticos, assim entendidos como aqueles produzidos por certos agentes de cúpula do país, no uso de sua competência constitucional, não são propriamente atos administrativos, mas atos de governo. Seu fundamento encontra-se na CF e, por tal motivo, eles não têm parâmetros prévios de controle, permitindo a condução das políticas, diretrizes e estratégias do governo e facultando ao administrador um leque aberto de possibilidades de ação, todas elas legítimas. Por essas razões, não se sujeitam a controle jurisdicional.
- E** Um dos instrumentos constitucionalmente previstos para a realização do controle judicial da administração é o mandado de injunção, medida hábil para que o postulante obtenha, em um caso concreto, a disciplina necessária e indispensável ao exercício de qualquer direito seu.

**QUESTÃO 26**

O governo federal publicou, no Diário Oficial da União (DOU) de 22/12/2009, o edital de licitação da primeira parceria público-privada (PPP) federal. Segundo informou o DOU, o objetivo é a contratação de empresa para concessão patrocinada do Serviço de Irrigação no Perímetro Pontal, em Petrolina – PE, precedido de obras de conclusão da infraestrutura. A região conta com aproximadamente 33 mil hectares, dos quais 7,7 mil são irrigáveis. Podem participar pessoas jurídicas brasileiras ou estrangeiras, entidades de previdência complementar, e fundos de investimento, isoladamente ou em consórcio. O critério de julgamento será o menor valor da contraprestação (peso de 35%) combinado com melhor técnica (peso de 65%), entendida como o maior percentual de ocupação das áreas irrigáveis com pequenos agricultores integrados. O valor teto da contraprestação está fixado em R\$ 202,3 milhões e o percentual mínimo de ocupação com pequenos agricultores está fixado em 25%.

Internet: <www.planejamento.gov.br> (com adaptações).

A respeito do assunto abordado no texto acima, assinale a opção correta.

- A** A lei que trata de PPPs determina que o particular constitua uma sociedade de propósito específico para deter os ativos do projeto e gerir o contrato de PPP, inovando em relação à Lei de Concessões, que não possibilitava ao edital a previsão de tal exigência.
- B** O instrumento convocatório para a licitação poderá prever o emprego de mecanismos privados de resolução de disputas, como a arbitragem, para solução de divergências decorrentes ou relacionadas ao contrato, mecanismos estes cabíveis para dirimir quaisquer espécies de conflitos.
- C** Em sua modalidade administrativa, PPP é a concessão de serviços públicos ou obras públicas que envolvam, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do poder público ao parceiro privado. Caracteriza-se, assim, pelo fato de o concessionário perceber recursos de duas fontes, uma decorrente do pagamento das respectivas tarifas, e outra, de caráter adicional, oriunda de contraprestação pecuniária devida pelo poder concedente ao particular contratado.
- D** O legislador foi claro na concepção da PPP como uma nova forma de contrato, regulando seus aspectos procedimentais, determinando que o seu regime afasta a aplicação do estatuto das licitações e contratos e da Lei de Concessões.
- E** A lei das PPPs prevê a possibilidade de se vincular a remuneração do parceiro privado ao cumprimento de obrigações de resultado previamente estipuladas. O particular, além de assumir o compromisso de obtenção do financiamento da atividade, deve incorporar a obrigação do adequado desempenho.

**QUESTÃO 27**

Tendo como fundamento a Lei n.º 9.784/1999, que rege o processo administrativo brasileiro, bem como o entendimento do STF acerca do que dispõe essa lei, assinale a opção correta.

- A** A falta de defesa técnica por advogado no processo administrativo disciplinar ofende a CF.
- B** Quando dados, atuações ou documentos solicitados ao interessado forem necessários à apreciação de pedido formulado, o não atendimento no prazo fixado pela administração para a respectiva apresentação importará julgamento desfavorável ao administrado.
- C** Nos processos perante o TCU, asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, como ocorre com a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão.
- D** Dados obtidos em interceptação de comunicações telefônicas e em escutas ambientais, judicialmente autorizadas para produção de prova em investigação criminal ou em instrução processual penal, podem ser usados em procedimento administrativo disciplinar, contra a mesma ou as mesmas pessoas em relação às quais foram colhidos, ou contra outros servidores cujos supostos ilícitos teriam despontado à colheita dessa prova.
- E** É constitucional a exigência de depósito ou arrolamento prévios de dinheiro ou bens para admissibilidade de recurso administrativo.

**QUESTÃO 28**

Com base no entendimento do STJ acerca das disposições da Lei de Improbidade — Lei n.º 8.429/1992 —, assinale a opção correta.

- A** Improbidade, para fins de aplicação das sanções cominadas na lei, é a ilegalidade tipificada e qualificada pelo elemento subjetivo da conduta do agente. Por isso mesmo, a jurisprudência dominante no STJ considera indispensável, para a sua caracterização, que a conduta do agente seja dolosa.
- B** Na ação de improbidade, o objeto principal é a aplicação de sanções punitivas de caráter pessoal, como suspensão dos direitos políticos, perda da função pública, perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, multa civil e proibição de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios. Ainda assim, uma ação de improbidade que não contenha pedido de aplicação ao infrator de tais sanções político-civis, de caráter punitivo, mas apenas pedido de anulação de atos danosos ao erário e de ressarcimento de danos, também se sujeita ao procedimento especial, a exigir notificação prévia do réu para manifestar-se a respeito da demanda.
- C** A Lei de Improbidade prevê a formação de litisconsórcio entre o suposto autor do ato de improbidade e eventuais beneficiários, havendo relação jurídica entre as partes a obrigar o magistrado a decidir de modo uniforme a demanda, o que traduz hipótese de litisconsórcio passivo necessário.
- D** Por simetria com o que ocorre em relação aos crimes comuns, há, na ação de improbidade administrativa, com possível aplicação da pena de perda do cargo, ajuizada contra governador do estado, competência implícita do STJ para julgar originariamente a demanda.
- E** Em ação civil pública por ato de improbidade, veda-se a condenação do Ministério Público em honorários advocatícios.

**QUESTÃO 29**

Júlio adquiriu, em um supermercado, um botijão de gás, que explodiu enquanto sua esposa cozinhava, causando ferimentos graves em ambos e no filho do casal.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção correta.

- A** Nesse caso, para apurar a responsabilidade, o Código Civil será utilizado de forma subsidiária.
- B** O fato gerador da responsabilidade do fabricante é a relação jurídica contratual.
- C** Não se exigirá das vítimas, para fins de indenização, prova definitiva denexo causal.
- D** O supermercado responderá solidariamente com o fabricante do botijão de gás.
- E** Provada a culpa exclusiva do supermercado, exclui-se a responsabilidade do fabricante.

**QUESTÃO 30**

A respeito da responsabilidade civil de bancos e instituições financeiras, assinale a opção correta.

- A** Conforme entendimento do STJ, o Código de Defesa do Consumidor não se aplica às instituições financeiras.
- B** Falha no sistema informatizado, ainda que comprovada, não desobriga o banco de indenizar o correntista pela indevida devolução de cheque.
- C** Em regra, o correntista é responsável pelo pagamento de cheque falso.
- D** A responsabilidade pelos bens guardados nos cofres dessas instituições somente será afastada por caso fortuito ou força maior.
- E** O banco não é responsável por morte de cliente vítima de tiros desferidos em assalto à agência financeira.

**QUESTÃO 31**

Quanto aos efeitos dos direitos reais de garantia, assinale a opção correta.

- A** No direito brasileiro, vigora a regra de que o crédito real prefere ao pessoal, salvo se este gozar de privilégio.
- B** O credor de uma segunda hipoteca efetuada sobre determinado imóvel perderá a garantia do bem hipotecado.
- C** Ainda que não convencionado, o pagamento parcial de uma dívida importará a liberação de garantia na proporção do pagamento efetuado.
- D** Os herdeiros do devedor pignoratício poderão remir parcialmente o penhor, na proporção de seus quinhões.
- E** O credor tem o direito de penhorar o imóvel afetado ao pagamento da dívida de quem quer que o detenha.

**QUESTÃO 32**

Marcos, maior e capaz, necessitando mudar de cidade em razão de novo emprego, celebrou contrato de compra e venda do seu apartamento com José, maior e capaz. O contrato foi celebrado com a cláusula de que o preço do imóvel seria fixado por arbítrio exclusivo de José.

Nessa situação hipotética, o contrato é

- A** nulo por disposição legal expressa.
- B** anulável ante a ocorrência da lesão.
- C** anulável ante a verificação do estado de perigo.
- D** nulo por dolo de José.
- E** anulável ante erro de Marcos.

**QUESTÃO 33**

Acerca da formação do processo, assinale a opção correta.

- A** A ação somente produz efeito para autor e réu após a citação válida.
- B** Admite-se que a alteração do pedido, desde que feita antes da citação, altere o tipo de processo.
- C** Após a citação do réu, ocorre a chamada estabilização do processo.
- D** O processo existe mesmo antes da citação do réu.
- E** Realizados a citação e o saneamento do processo, o autor somente pode alterar o pedido com anuência do réu.

**QUESTÃO 34**

No que se refere aos juizados especiais federais, assinale a opção correta.

- A** Ação que vise anular ato que aplicou penalidade disciplinar a servidor federal pode ser intentada no juizado especial federal, desde que não se trate de demissão.
- B** Cabe ao autor, no momento da propositura da ação, optar pelo ajuizamento da ação na vara do juizado especial, desde que o valor do pedido não ultrapasse sessenta salários mínimos.
- C** Desde que se respeite o valor máximo de sessenta salários mínimos, as causas fundadas em contrato de organismo internacional com a União podem ser ajuizadas no juizado especial federal.
- D** Se a União pretender ajuizar ação visando à reparação de danos decorrentes de ato de pessoa física, poderá fazê-lo no juizado especial federal, desde que não ultrapasse o valor de sessenta salários mínimos.
- E** A realização de perícia técnica para prova dos fatos alegados não é suficiente para afastar a competência do juizado especial federal.

**QUESTÃO 35**

Se credor de determinado município der início à execução do seu título judicial transitado em julgado,

- A a execução do título judicial em face da fazenda pública terá procedimento diverso do previsto para a execução do título extrajudicial.
- B seguirá a execução relativamente à parte incontroversa, podendo, inclusive, ser expedido precatório quanto a essa parte, caso os embargos do município sejam parciais.
- C não serão aplicáveis as regras de liquidação de sentença, de forma que o credor deverá apresentar cálculo aritmético com a inicial.
- D o juiz não poderá rejeitar, liminarmente, os embargos opostos pelo município.
- E a sentença a ser proferida nos embargos opostos pelo município sujeitar-se-á ao reexame necessário.

**QUESTÃO 36**

No que diz respeito aos recursos cíveis, assinale a opção correta.

- A Segundo o STJ, a fazenda pública tem prazo em dobro para apresentar as contrarrazões.
- B Se não for citado, o litisconsorte necessário não terá legitimidade para recorrer.
- C O STJ entendeu que o agravo de instrumento interposto via fac-símile não precisa estar acompanhado das peças obrigatórias, que acompanharão o original.
- D Caso caibam, os embargos infringentes do acórdão devem ser interpostos em conjunto com os recursos especial e extraordinário.
- E Não é possível que a parte renuncie ao direito de recorrer e se reserve o direito de interpor recurso adesivo.

**QUESTÃO 37**

A respeito do pedido de suspensão de segurança, assinale a opção correta.

- A Não caberá para suspender sentença que concede a segurança.
- B Ao contrário do agravo, a suspensão de segurança deve ser apreciada pelo juiz que concedeu liminarmente a segurança.
- C A suspensão pode ser concedida de ofício quando a segurança puder causar lesão grave à ordem pública.
- D Não se admite recurso especial de decisão proferida em julgamento de pedido de suspensão de segurança.
- E O ajuizamento do pedido de suspensão segue o mesmo prazo estabelecido para interposição do recurso de apelação.

**QUESTÃO 38**

No que concerne à classificação das normas constitucionais, à hermenêutica constitucional, às disposições constitucionais transitórias e ao preâmbulo da CF, assinale a opção correta.

- A Segundo o art. 88 da CF, a lei disporá sobre a criação e extinção de ministérios e órgãos da administração pública. É correto afirmar que esse artigo é uma norma de aplicabilidade indireta, mediata e reduzida.
- B O método tópico-problemático, no âmbito da hermenêutica do direito constitucional, parte, entre outras premissas, do caráter fechado e determinado da lei constitucional; por isso, é correto afirmar que parte da norma para o problema.
- C O art. 5.º, inciso XIII, da CF, que dispõe ser livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, classifica-se, quanto ao grau de eficácia e aplicabilidade, como de eficácia limitada, pois o legislador constituinte regulou os interesses relativos à matéria, mas deixou margem à atuação limitadora do legislador infraconstitucional.
- D Para o STF, o preâmbulo da CF não se situa na esfera do direito, mas na da política — refletindo a posição ideológica do constituinte. Não possui, portanto, relevância jurídica, e não constitui norma central da CF, apesar de ser de reprodução obrigatória pelas constituições estaduais.
- E Embora de natureza transitória, os dispositivos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias são materialmente constitucionais, ou seja, são hierarquicamente iguais às demais normas inseridas na CF.

**QUESTÃO 39**

Assinale a opção correta acerca de controle de constitucionalidade, direito comparado e sistema brasileiro, poder constituinte e conceito e classificação de constituição.

- A No Brasil, os sistemas de controle de constitucionalidade adotados são o jurisdicional, o político e o misto. Isso porque podem declarar a inconstitucionalidade das leis o Poder Judiciário, o Poder Legislativo e o Poder Executivo.
- B A teoria do poder constituinte foi esboçada por Emmanuel Sieyès e aperfeiçoada por constitucionalistas franceses. O ponto fundamental dessa teoria é o de que ela só pode ser aplicada nos Estados em que se adotam constituições não escritas e semirrígidas.
- C Mesmo que a CF fosse classificada como flexível, seria legítimo o controle de constitucionalidade de seu sistema jurídico.
- D Segundo a doutrina, apesar de o poder constituinte ser originário, a história revela experiências no sentido da indispensabilidade de observância de certos princípios, como, por exemplo, o princípio da dignidade da pessoa humana, o da justiça, o da liberdade e o da igualdade, quando da criação de uma nova constituição.
- E Uma norma pode ter a sua constitucionalidade aferida pelo modelo de controle difuso ou pelo modelo concentrado. O primeiro teve sua origem na Áustria, sob a influência de Hans Kelsen, e o segundo, nos Estados Unidos da América, a partir do caso *Marbury versus Madison*, em 1803.

**QUESTÃO 40**

A respeito do controle de constitucionalidade, assinale a opção correta.

- Ⓐ No Brasil, o controle preventivo de constitucionalidade ocorre apenas de duas maneiras: por intermédio das comissões de constituição e justiça do Poder Legislativo e pelo veto do presidente da República.
- Ⓑ A suspensão de lei considerada inconstitucional em controle difuso, de regra, acarreta efeitos *ex tunc*. Tais efeitos atingem somente as partes do processo. Todavia, se o Senado Federal, por resolução, usar a prerrogativa constante do art. 52, X, da CF, qual seja, a de suspender, no todo ou em parte, a execução da lei tida por inconstitucional, desde que a decisão tenha sido definitiva e deliberada pela maioria absoluta do pleno do tribunal, os efeitos serão *erga omnes*, porém valerão a partir do momento em que a resolução do Senado Federal for publicada na imprensa oficial.
- Ⓒ Caso determinada lei seja suspensa por inconstitucionalidade em controle concentrado, os efeitos dos atos praticados sob a vigência dessa lei serão *ex tunc* e *erga omnes*. Ressalte-se que até mesmo os atos cometidos antes da declaração de inconstitucionalidade serão atingidos pela decisão, o que leva o STF, obrigatoriamente, a alterar a eficácia temporal da decisão.
- Ⓓ A expressão “no todo ou em parte” — nos termos do art. 52, X, da CF — deve ser interpretada como sendo possível o Senado Federal ampliar, interpretar ou restringir a extensão da decisão do STF, de forma que, caso tenha toda a lei sido declarada inconstitucional pelo STF, em controle difuso, de modo incidental, é possível que o Senado Federal, por entender conveniente a suspensão da lei, faça-o apenas em parte, como manda a CF.
- Ⓔ De acordo com o STF, podem ser objeto de controle de constitucionalidade perante o STF leis e atos normativos federais ou estaduais — como resoluções administrativas dos tribunais — e atos estatais de conteúdo meramente derogatório — como as resoluções administrativas —, desde que incidam sobre atos de caráter normativo, entre outros. Além desses, a Corte admite o controle de constitucionalidade das súmulas de jurisprudência e das súmulas vinculantes.

**QUESTÃO 41**

Assinale a opção correta a respeito da competência da União, do Distrito Federal (DF) e dos estados-membros.

- Ⓐ Ao legislar sobre normas gerais, a União, no que diz respeito à sua competência, não deixa margem de atuação legislativa para os estados-membros, caso o assunto tenha sido esgotado.
- Ⓑ A União, por ser soberana, poderá editar normas específicas aplicáveis aos estados-membros e ao DF que não serão passíveis de controle de constitucionalidade.
- Ⓒ Os estados-membros têm competência comum, não legislativa, e residual ou reservada. Neste último caso, aos estados-membros estarão reservadas todas as competências que não sejam vedadas a eles, ou seja, as que não forem de competência expressa dos outros entes. Uma das competências expressamente reservadas aos estados-membros pela CF é a de explorar os serviços locais de gás canalizado, mediante concessão, na forma da lei, vedada a regulamentação da referida matéria por medida provisória.
- Ⓓ É competência exclusiva da União legislar sobre direito civil, comercial, penal, processual, eleitoral, agrário, marítimo, aeronáutico, espacial e do trabalho.
- Ⓔ Os estados, autônomos que são, têm competência legislativa própria, e a CF, assim como fez com os outros entes federados, dedicou artigo para enumerar, taxativamente, as matérias de sua competência.

**QUESTÃO 42**

A respeito do processo legislativo, assinale a opção correta.

- Ⓐ A discussão e a votação dos projetos de lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo, do STF, dos tribunais superiores e de senadores terão início na Câmara dos Deputados.
- Ⓑ O presidente da República tem competência privativa para propor projetos de lei que extingam funções ou cargos públicos; todavia, para isso, segundo a Emenda Constitucional n.º 32/2001, é necessário que eles estejam vagos.
- Ⓒ Segundo a CF, os temas a respeito do regime jurídico de servidores públicos, civis e militares são de iniciativa de lei reservada ao presidente da República, assim como as disposições normativas referentes à organização e ao funcionamento da administração federal que não impliquem aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- Ⓓ O veto presidencial poderá ser rejeitado pelo Congresso Nacional, em sessão conjunta, com o *quorum* de maioria simples de deputados, e pelo Senado Federal, com o mesmo *quorum*.
- Ⓔ Se o veto presidencial for mantido, poderá ser objeto de novo projeto, na mesma sessão legislativa, desde que mediante proposta dos membros de qualquer das Casas do Congresso Nacional.

**QUESTÃO 43**

Com relação às limitações constitucionais do poder de tributar, assinale a opção correta.

- Ⓐ Compete à União instituir imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza, o qual será informado pelos critérios da generalidade, da universalidade e da progressividade, nos termos de lei complementar. Todavia, é facultado ao Poder Executivo, atendidas as condições e os limites estabelecidos na lei, alterar suas alíquotas.
- Ⓑ Nenhum tributo proveniente de fato gerador ocorrido durante o ano de 2010 poderá ser cobrado no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que o instituiu, salvo se a cobrança for feita depois de decorridos noventa dias da data que os instituiu.
- Ⓒ O constituinte, contrário à ideia de confisco, proibiu a cobrança de tributos com esse efeito. Trata-se de princípio corolário do direito de propriedade, que continua reinando absoluto, assim como ocorreu nas constituições anteriores.
- Ⓓ É da competência da União instituir impostos sobre grandes fortunas, o que só poderá ser feito nos termos de lei federal.
- Ⓔ Segundo a CF, é vedado à União, aos estados, ao DF e aos municípios cobrar tributos em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado. Todavia, existe a possibilidade de a lei atribuir a sujeito passivo de obrigação tributária condição de responsável pelo pagamento de imposto ou contribuição, cujo fato gerador deva ocorrer posteriormente ao pagamento, assegurada a imediata e preferencial restituição de quantia paga, caso não se realize o fato gerador presumido.

**QUESTÃO 44**

Assinale a opção correta a respeito da intervenção federal.

- A** No caso de coação contra o Poder Judiciário de um estado-membro, o pedido de intervenção deverá ser feito pelo Poder Judiciário local ao presidente da República, mediante solicitação.
- B** No Brasil, os sujeitos ativos da intervenção são a União e os estados-membros. Todavia, em hipótese alguma, a União intervirá em município localizado em território federal.
- C** No caso de intervenção mediante requisição, o chefe do Poder Executivo, para garantir o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades da Federação, não ficará obrigado a decretá-la, podendo atuar discricionariamente.
- D** Se qualquer estado da Federação estiver repassando a municípios de seu território as receitas tributárias obrigatórias determinadas pela CF em valor inferior ao devido, e com atraso, violando a autonomia municipal, o presidente da República, por iniciativa própria ou por requisição, poderá decretar intervenção federal nesse estado.
- E** Para garantir o livre exercício de qualquer dos poderes nas unidades da Federação, a União poderá intervir nos estados e no DF. Todavia, a decretação da intervenção dependerá de solicitação do Poder Legislativo ou do Poder Executivo coacto ou impedido; no caso de a coação ser contra o Poder Judiciário, exige-se a requisição do STF.

**QUESTÃO 45**

Com relação às disposições constitucionais acerca da organização do regime próprio de previdência social (RPPS) dos servidores públicos federais, assinale a opção correta.

- A** A legislação sobre previdência é de competência concorrente da União, dos estados, do DF e dos municípios, o que importa dizer que cabe à União a edição de normas gerais sobre a matéria, revogando disposições normativas dos demais entes federativos com elas incompatíveis.
- B** A competência concorrente dos estados, do DF e dos municípios alcança todas as áreas da seguridade social previstas no art. 194 da CF, inclusive assistência social e saúde.
- C** A CF trata de aposentadoria e pensão de servidor submetido a RPPS, o que impede a instituição de outros benefícios pelos entes da Federação.
- D** Os benefícios de aposentadoria e pensão, no sistema constitucional vigente, observam o princípio da solidariedade, que impõe contributividade às entidades públicas e também aos servidores ativos e inativos.
- E** O princípio da solidariedade, sintetizado na ideia de que as contribuições servem para a manutenção de toda a rede protetiva, não se aplicava ao RPPS, tendo sido introduzido nesse sistema pela Emenda Constitucional n.º 41/2003.

**QUESTÃO 46**

A respeito da aposentadoria de servidores públicos federais, assinale a opção correta.

- A** As normas regentes da previdência dos servidores não se aplicam às aposentadorias e pensões dos agentes públicos investidos em cargos vitalícios, tais como magistrados e membros do Ministério Público, tendo em vista que possuem regime constitucional diferenciado.
- B** A acumulação de aposentadoria do RPPS dos servidores públicos e aposentadoria do trabalho rural exercido em regime de economia familiar atende à normatização constitucional sobre a acumulação de aposentadorias.
- C** Não existe qualquer vedação à concessão de aposentadoria pelo regime geral de previdência social (RGPS) a segurado aposentado em RPPS se o autor permaneceu vinculado ao RGPS e cumpriu os requisitos para nova aposentadoria, excluído o tempo de serviço utilizado para a primeira jubilação.
- D** A lei pode estabelecer formas de contagem de tempo de contribuição fictício, para fins de aposentadoria.
- E** Requerida a aposentadoria voluntária, deverá o segurado se afastar do exercício de suas funções a partir da data de protocolização do pedido, vigorando a aposentação desde a data em que for deferido o pedido.

**QUESTÃO 47**

Com base na CF e nas disposições da Lei Complementar Estadual n.º 282/2004, bem como no entendimento do STJ, assinale a opção correta.

- A** O servidor ocupante de cargo efetivo pode optar pela inclusão na base de contribuição de parcelas percebidas em decorrência de local de trabalho, do exercício de cargo em comissão ou de função de confiança, para efeito de cálculo de benefício a ser concedido com base no art. 40 da CF.
- B** No cálculo dos proventos de aposentadoria dos servidores titulares de cargo efetivo de qualquer dos poderes da União, dos estados, do DF e dos municípios, incluídas suas autarquias e fundações, será considerada a média aritmética simples das maiores remunerações, utilizadas como base para as contribuições do servidor aos regimes de previdência a que esteve vinculado, correspondentes a 80% de todo o período contributivo.
- C** Consoante entendimento do STJ, é inconstitucional a alteração de lei estadual para majorar a alíquota da contribuição previdenciária de seus servidores para o patamar de 11%, tendo em vista o princípio constitucional da irredutibilidade dos vencimentos.
- D** As remunerações consideradas no cálculo da aposentadoria não podem ser inferiores ao valor do salário mínimo nem do salário-de-contribuição, quanto aos meses em que o servidor esteve vinculado ao RGPS.
- E** O legislador adotou, para efeito da base de cálculo (ou de contribuição) da contribuição previdenciária, o critério da remuneração total do servidor público, a qual se identifica com as parcelas que serão incorporadas aos proventos de aposentadoria.

**QUESTÃO 48**

O estudo da infortúnica começou a surgir com a Revolução Industrial, em que foi substituído o trabalho manual pelo uso de máquinas. O tear e a máquina a vapor eram os causadores dos acidentes do trabalho. A partir daí é que começa a haver preocupação com o acidentado.

Verificava-se que o acidentado no trabalho não conseguia nova colocação em outras empresas, ficando totalmente desprotegido

Sérgio Pinto Martins. *Direito da seguridade social*. 29.ª ed., p. 395 (com adaptações).

Tendo como referência o texto acima, é considerado(a) acidente de trabalho

- Ⓐ o acidente decorrente de ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho.
- Ⓑ toda doença degenerativa.
- Ⓒ toda doença proveniente de contaminação voluntária do empregado no exercício de sua atividade.
- Ⓓ o acidente sofrido pelo segurado fora do local e horário de trabalho.
- Ⓔ o acidente ligado ao trabalho, ainda que não haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação.

**QUESTÃO 49**

Acerca do Seguro Acidente de Trabalho (SAT), assinale a opção correta com base no entendimento do STJ sobre a matéria.

- Ⓐ A modificação introduzida pela Lei n.º 9.732/1998, que instituiu o adicional do SAT, destinando uma parcela da contribuição sobre a folha de salários para o financiamento da aposentadoria especial, desvirtua a natureza da contribuição social, revestindo-se de ilegalidade.
- Ⓑ Decreto do Poder Executivo que estabeleça conceito de atividade preponderante da empresa e seus correspondentes graus de risco — leve, médio ou grave — exorbita de seu poder regulamentar, afrontando o princípio da legalidade, pois haverá, nesse caso, definição da base de cálculo do tributo por ato normativo que não a lei.
- Ⓒ A responsabilidade da empresa pelo seu autoenquadramento, prevista no Regulamento do SAT, impede a repetição dos tributos pagos com base em alíquota superior à devida.
- Ⓓ A alíquota de contribuição para o SAT é aferida pelo grau de risco desenvolvido em cada empresa, individualizada pelo seu CNPJ, ou pelo grau de risco da atividade preponderante quando houver apenas um registro.
- Ⓔ Segundo a legislação vigente, os valores indevidamente recolhidos a título de SAT podem ser compensados com débitos relativos a outros tributos.

**QUESTÃO 50**

Com relação a pensão por morte, assinale a opção correta.

- Ⓐ No sistema previdenciário vigente, pelo qual as despesas devem sempre ser satisfeitas pela receita formada com o ingresso das contribuições dos segurados, não se pode conceder o referido benefício a nenhum dos cônjuges sem fonte de custeio total.
- Ⓑ Para que o viúvo sadio de servidora pública estadual seja beneficiário de pensão por morte, deve haver lei específica prevendo a sua inclusão como dependente da esposa.
- Ⓒ O cônjuge de servidor submetido, ao tempo do óbito, a regime celetista tem direito à pensão por morte correspondente à totalidade dos vencimentos ou proventos do servidor, se o falecimento se deu em momento anterior à Emenda Constitucional n.º 20/1998.
- Ⓓ Compete ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adimplir com o pagamento de pensões por morte concedidas antes da edição da Lei n.º 8.112/1990, até a transferência do benefício para o órgão ao qual se encontre vinculado o servidor.
- Ⓔ A inscrição de dependente maior de 21 anos de idade realizada antes da vigência da Lei n.º 8.213/1991, que restringiu o pagamento aos beneficiários com idade inferior a esta, gera direito adquirido ao benefício.

**QUESTÃO 51**

A respeito do regime constitucional de aposentadoria dos servidores públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os servidores abrangidos pelo RPPS que se aposentarem por invalidez permanente terão proventos proporcionais ao tempo de contribuição. Tal regra somente pode ser afastada se a aposentadoria for exclusivamente decorrente de acidente em serviço, de moléstia profissional ou de doença grave ou contagiosa, na forma da lei.
- Ⓑ São extensíveis aos servidores inativos e aos pensionistas as vantagens concedidas aos policiais militares ativos de forma geral, independentemente do atendimento de qualquer requisito que não seja o mero exercício da função policial.
- Ⓒ É vedada a adoção de requisitos e critérios diferenciados para a concessão de aposentadoria aos abrangidos pelo RPPS, ressalvados os casos de servidores portadores de deficiência, de servidores que exerçam atividade de risco ou de servidores que tenham cargo ou emprego privativo de profissional de saúde.
- Ⓓ É vedada, em qualquer circunstância, a percepção de mais de uma aposentadoria à conta do RPPS dos servidores públicos.
- Ⓔ A União, os estados o DF e os municípios não poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo RPPS, limite máximo para o benefício, tendo em vista que tal limite, consoante expressa previsão constitucional, será a própria remuneração do cargo efetivo em que se deu a aposentação.

**QUESTÃO 52**

Acerca das normas constitucionais relacionadas à seguridade social, levando em consideração as alterações promovidas na CF pelas Emendas Constitucionais n.º 20/1998, n.º 41/2003 e n.º 47/2005, assinale a opção correta.

- A** Lei municipal que exija tempo mínimo de serviço prestado por ocupante de cargo em comissão ao município como requisito para a concessão de aposentadoria custeada pelos cofres do poder público local contraria a CF.
- B** Somente com a Emenda Constitucional n.º 47/2005 a CF passou a determinar a filiação obrigatória dos servidores sem vínculo efetivo ao RGPS.
- C** A norma constitucional que prevê que nenhum benefício ou serviço da seguridade social poderá ser criado, majorado ou estendido sem a correspondente fonte de custeio total tem nítido caráter prospectivo, ou seja, direciona-se ao campo das leis ordinárias posteriores à sua vigência, não se aplicando aos benefícios constitucionalmente previstos.
- D** A aposentadoria, direito patrimonial disponível, pode ser objeto de renúncia, mas não se mostra possível, nesse caso, a contagem do respectivo tempo de serviço para a obtenção de nova aposentadoria, ainda que por outro regime de previdência.
- E** Aposentando-se o servidor sob vínculo celetista e obtendo sua inatividade remunerada perante o sistema previdenciário, lhe aproveitam as vantagens percebidas pelos servidores estatutários em atividade.

**QUESTÃO 53**

Permite-se que seja inscrito em RPPS ou nele permaneça

- A** brasileiro ou estrangeiro domiciliado e contratado no Brasil para trabalhar como empregado em sucursal ou agência de empresa pública brasileira no exterior.
- B** brasileiro civil que trabalhe para a União, no exterior, em organismos oficiais brasileiros, ainda que lá domiciliado ou contratado, salvo se segurado na forma da legislação vigente do país de domicílio.
- C** ocupante de cargo de ministro de Estado, de secretário estadual, distrital ou municipal, ainda que sem vínculo efetivo com a União, estado, DF ou município.
- D** diretor de empresa pública ou sociedade de economia mista.
- E** militar que, amparado por RPPS, seja requisitado para outro órgão ou entidade cujo regime previdenciário não permita filiação nessa condição.

**QUESTÃO 54**

No que respeita à contagem recíproca, é correto afirmar que o tempo de serviço anterior ou posterior à obrigatoriedade de filiação à previdência social será contado mediante indenização da contribuição correspondente ao período respectivo, desde que com acréscimo de juros moratórios de

- A** 0,5% ao mês, capitalizados anualmente, e multa de 10%.
- B** 0,5% ao mês, capitalizados anualmente, independentemente do pagamento de multa.
- C** 1,0% ao mês, capitalizados anualmente, e multa de 5%.
- D** 1,0% ao mês, capitalizados anualmente, e multa de 10%.
- E** 1,0% ao mês e multa de 5%, não sendo legítima a aplicação de qualquer espécie de capitalização.

**QUESTÃO 55**

Aos servidores ocupantes de cargo efetivo que ingressaram no serviço público anteriormente a 15/12/1998, data da promulgação da Emenda Constitucional n.º 20, foi conferida a possibilidade de se aposentarem antes de atingir a idade mínima de 60 anos, para homem, e de 55 anos, para mulher, desde que se sujeitassem a determinadas condições. Diante dessas informações, é correto afirmar que

- A** um homem que, contando com 57 anos de idade, requereu sua aposentadoria até 31/12/2005, teve seus proventos de inatividade reduzidos em 14%.
- B** uma mulher que, contando com 48 anos de idade, requereu sua aposentadoria até 31/12/2005, teve seus proventos de inatividade reduzidos em 21%.
- C** um homem que, contando com 55 anos de idade, requereu sua aposentadoria após 1.º/1/2006, teve seus proventos de inatividade reduzidos em 25%.
- D** uma mulher que, contando com 49 anos de idade, requereu sua aposentadoria após 1.º/1/2006, teve seus proventos de inatividade reduzidos em 35%.
- E** um homem que, contando com 59 anos de idade, requereu sua aposentadoria após 1.º/1/2006, teve seus proventos de inatividade reduzidos em 3,5%.

**QUESTÃO 56**

Com relação às regras sobre organização e funcionamento dos RPPSs dos servidores públicos, constantes na Lei n.º 9.717/1998, assinale a opção correta.

- A** Para efeito de cálculo e percepção dos benefícios, é vedada a inclusão de parcelas remuneratórias pagas em decorrência de função de confiança, de cargo em comissão ou do local de trabalho.
- B** O servidor público titular de cargo efetivo da União, dos estados, do DF e dos municípios ou o militar dos estados e do DF filiado a RPPS, quando cedido a órgão ou entidade de outro ente da Federação, com ou sem ônus para o cessionário, permanecerá vinculado ao regime de origem.
- C** Com exceção das autarquias e das fundações públicas, a contribuição da União, dos estados, do DF e dos municípios aos RPPSs a que estejam vinculados seus servidores não poderá ser inferior ao valor da contribuição do servidor ativo, nem superior ao dobro dessa contribuição.
- D** Até trinta dias após o encerramento de cada mês, a União, os estados, o DF e os municípios deverão publicar demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciárias acumuladas no período.
- E** Os RPPSs dos servidores públicos da União, dos estados, do DF e dos municípios somente poderão conceder benefícios distintos dos previstos no RGPS mediante lei complementar própria de cada ente federativo.

**QUESTÃO 57**

Relativamente à Lei n.º 9.796/1999, que dispõe sobre a compensação financeira entre o RGPS e os RPPSs dos servidores da União, dos estados, do DF e dos municípios, assinale a opção correta.

- A** Considera-se regime de origem o regime previdenciário responsável pela concessão e pagamento de benefício de aposentadoria ou pensão dela decorrente a segurado ou servidor público ou a seus dependentes com cômputo de tempo de contribuição no âmbito do regime de origem.
- B** Todos os RPPSs dos servidores da União, dos estados, do DF e dos municípios devem possuir personalidade jurídica própria.
- C** Os RPPSs de servidores da União, dos estados, do DF e dos municípios somente serão considerados regimes de origem quando o RGPS for o regime instituidor.
- D** A lei veda expressamente que os respectivos entes federados respondam, ainda que solidariamente, pelas obrigações que caibam a cada regime previdenciário cumprir.
- E** É responsabilidade de cada instituto de previdência estadual e municipal, de forma descentralizada, exercer controle e manter cadastro atualizado de todos os benefícios objeto de compensação financeira, totalizando o quanto o INSS deve para cada RPPS de servidores, bem como o montante devido por cada um deles para o RGPS.

**QUESTÃO 58**

Tendo em vista a administração tributária federal e as disposições da Lei n.º 10.887/2004 acerca da aplicação da Emenda Constitucional n.º 41/2003, assinale a opção correta.

- A** Os auditores-fiscais da Receita Federal do Brasil, ao executarem os procedimentos de fiscalização das atividades e operações das entidades de previdência complementar, poderão lavrar ou propor a lavratura de autos de infração, cabendo à Secretaria da Receita Previdenciária do Ministério da Fazenda aplicar ou propor a aplicação de penalidade administrativa aos responsáveis por eventuais infrações.
- B** As remunerações consideradas no cálculo do valor inicial dos proventos de aposentadoria terão os seus valores atualizados anualmente, considerando a variação do índice fixado para a atualização do salário mínimo.
- C** Os proventos, por ocasião de sua concessão, não poderão ser inferiores ao valor do salário mínimo nem exceder o limite de 90% da remuneração dos servidores que, na atividade, ocupem cargos efetivos similares àquele em que se deu a aposentadoria.
- D** A contribuição social do servidor público ativo de qualquer dos poderes da União, incluídas suas autarquias e fundações, para a manutenção do respectivo RPPS, será de 11%, incidente sobre a totalidade da base de contribuição.
- E** Entende-se como base de contribuição o vencimento do cargo efetivo, acrescido das vantagens pecuniárias permanentes estabelecidas em lei, excluídos os adicionais de caráter individual ou quaisquer outras vantagens.

**QUESTÃO 59**

Tendo como referência a Lei Complementar n.º 282/2004, do estado do Espírito Santo, que unifica e reorganiza o regime RPPS dos servidores estaduais, assinale a opção correta.

- A** Estão vinculados ao RPPS do estado os servidores públicos civis titulares de cargo efetivo em atividade, os ocupantes de cargos em comissão e os inativos, tanto no Poder Executivo quanto nos Poderes Judiciário e Legislativo, excluídos os militares, que possuem regime diferenciado para a reforma e a reserva remunerada.
- B** Os atos de concessão dos benefícios previdenciários serão exarados por meio de portaria do secretário de Estado da Fazenda, após a apreciação de sua legalidade pelo tribunal de contas.
- C** O fundo previdenciário constituído pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Espírito Santo (IPAJM) destina-se ao pagamento dos benefícios previdenciários aos segurados que tenham ingressado no serviço público estadual e aos que já recebam benefícios previdenciários do estado, até a data de publicação da Lei Complementar n.º 282/2004, e aos seus respectivos dependentes.
- D** O RPPS do estado do Espírito Santo será integralmente custeado pela contribuição mensal compulsória do segurado que tenha ingressado no serviço público até a data da publicação da Lei Complementar n.º 282/2004, e dos pensionistas, deduzida em folha.
- E** Considera-se economicamente dependente, para os fins legais, aquele que, comprovadamente, viva sob o mesmo teto do segurado, tenha renda inferior a um salário mínimo e não possua bens.

**QUESTÃO 60**

A respeito do IPAJM, assinale a opção correta.

- A** Como autarquia que integra a administração indireta do estado do Espírito Santo, o IPAJM possui personalidade jurídica de direito público interno e autonomia administrativa, financeira e patrimonial, em relação ao Poder Executivo.
- B** Constatada a existência de *deficit* técnico atuarial, o presidente-executivo do IPAJM terá a iniciativa de remeter diretamente ao Poder Legislativo projeto de lei propondo alteração das alíquotas de contribuição, as quais só poderão ser majoradas para acompanhar a alíquota de contribuição mínima praticada pela União aos seus servidores.
- C** A estrutura administrativa do IPAJM constitui-se de uma presidência executiva, um conselho administrativo e um conselho fiscal, cuja estrutura organizacional será estabelecida por decreto do chefe do Poder Executivo.
- D** O presidente executivo do IPAJM deverá ter nível de escolaridade superior e será nomeado pelo governador, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros da Assembleia Poder Legislativa do estado.
- E** O Conselho Administrativo, o órgão de deliberação e orientação superior do IPAJM, é composto por seis membros efetivos e seus respectivos suplentes, todos escolhidos entre os segurados com formação superior nas áreas de administração, economia, finanças, contabilidade e direito, indicados e nomeados pelo secretário de Estado da Fazenda, a quem o IPAJM se vincula.

## PROVA DISCURSIVA

- Nesta prova, faça o que se pede, usando os espaços indicados no presente caderno para rascunho. Em seguida, transcreva os textos para o **CADERNO DE TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISCURSIVA**, nos locais apropriados, pois **não será avaliado fragmento de texto escrito em local indevido**.
- Respeite o limite de **vinte** linhas para cada questão. Qualquer fragmento de texto além desse limite será desconsiderado. Será desconsiderado também o texto que não for escrito na **folha de texto definitivo** correspondente.
- No **caderno de textos definitivos**, identifique-se apenas no cabeçalho da primeira página, pois **não será avaliado** texto que tenha qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.

### QUESTÃO 1

Paulo Henrique, nascido em 3/8/1981, recebia pensão por morte, benefício a que tinha direito em consequência do falecimento de seu pai, ocorrido em 5/11/1993, que era servidor público aposentado do estado do Espírito Santo.

Em 2002, ao completar 21 anos de idade, Paulo Henrique teve o pagamento do benefício suspenso, motivo por que ajuizou demanda pleiteando o reconhecimento do direito de continuar recebendo os proventos da pensão até alcançar 24 anos de idade, nos termos da Lei Complementar Estadual n.º 109/1997, então em vigor, uma vez que estava matriculado em curso universitário e não tinha qualquer fonte de renda.

Com efeito, a referida lei, editada em 17/12/1997, em seu art. 6.º, § 2.º, inovou o ordenamento jurídico local, admitindo a possibilidade de extensão da idade limite do dependente do segurado a 24 anos de idade, caso comprovadas, pelo dependente, a ausência de atividade remunerada e a condição de estudante universitário, nos seguintes termos:

Art. 6.º Consideram-se dependentes do segurado as pessoas que vivam, comprovada e justificadamente, sob sua dependência econômica.

§ 1.º Prescinde de comprovação e justificação a dependência econômica da esposa ou marido, assim como dos filhos solteiros de qualquer condição, desde que menores de 21 anos ou inválidos.

§ 2.º A idade limite prevista no § 1.º poderá se estender até 24 anos, se o dependente for comprovadamente universitário, sem atividade remunerada.

A sentença da mencionada demanda foi de improcedência do pedido, ensejando a interposição de recurso de apelação por Paulo Henrique; recurso que restou provido pelo tribunal de justiça, com fundamento no dispositivo legal acima citado.

Em face da situação hipotética apresentada acima, na condição de advogado do IPAJM, redija um texto dissertativo, posicionando-se com relação à última decisão do tribunal de justiça. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes tópicos.

- ▶ Aplicação do princípio *tempus regit actum*, tendo em conta que Paulo Henrique tinha apenas 18 anos quando foram promulgadas as referidas leis.
- ▶ Incidência da Lei federal n.º 9.717/1998, que veda à União, aos estados, ao DF e aos municípios, nos seus regimes próprios de previdência, a concessão de benefícios distintos dos previstos no RGPS (ou seja, na Lei n.º 8.213/1991).

**RASCUNHO – QUESTÃO 1**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 2**

A reforma realizada pela Emenda Constitucional n.º 41/2003 atingiu as regras para aposentadoria de servidor público vinculado a regime próprio de previdência social, excluindo os dois critérios básicos sobre os quais se fundava o sistema: o da integralidade e o da paridade.

Por essa razão, Suzane, servidora pública do estado do Espírito Santo desde 1991, preocupada com esse novo panorama, resolveu, neste ano de 2010, requerer, na sessão de recursos humanos do órgão em que trabalha, esclarecimentos acerca de sua situação jurídica, sobretudo das condições em que se dará sua aposentadoria, bem como dos requisitos que precisaria preencher para tanto.

Na referida repartição, obteve a informação de que quando fosse se aposentar, poderia fazê-lo com fundamento em norma inserida no texto constitucional por uma emenda posterior, de n.º 47, norma esta apelidada de Regra 85, referente ao somatório da idade e do tempo de contribuição do servidor. Com dúvidas acerca do assunto, Suzane resolveu ir diretamente ao IPAJM, para informar-se a respeito de tal regra.

---

Em face da situação hipotética acima, na condição de advogado do IPAJM, redija um texto dissertativo para esclarecer as dúvidas de Suzane. Ao elaborar seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes pontos:

- ▶ de que tratam as denominadas Regra 85 e Regra 95;
  - ▶ a quem se aplicam tais regras;
  - ▶ em que aspectos a Regra 85 é favorável a Suzane.
-

**RASCUNHO – QUESTÃO 2**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

**QUESTÃO 3**

Arquimedes ajuizou demanda contra o IPAJM impugnando a incidência de contribuição previdenciária sobre sua aposentadoria, alegando, em síntese, direito adquirido de não contribuir com o regime próprio de previdência do estado, uma vez que já era inativo quando da promulgação da Emenda Constitucional n.º 41, que legitimou a cobrança da exação.

Em face da situação hipotética acima apresentada, na condição de advogado do IPAJM responsável por oferecer contestação à demanda de Arquimedes, redija um texto dissertativo, que aborde, necessariamente, os seguintes pontos:

- ▶ preliminares de natureza processual;
- ▶ entendimento do STF acerca da matéria;
- ▶ princípios e objetivos constitucionais em que se funda a incidência do tributo.

**RASCUNHO – QUESTÃO 3**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

